

1

**Ata nº 18**

2

**Reunião Extraordinária – 19.10.2017**

3

4 Aos dezenove (19) dias do mês de Outubro de dois mil e dezessete (2017), na sala de  
5 reuniões da Casa dos Conselhos, situada à Rua Joaquim André número oitocentos e noventa e  
6 cinco (895), nesta, às treze (13) horas e trinta (30) minutos ocorreu a reunião extraordinária  
7 do Conselho Municipal de Assistência Social, a qual foi dirigida pela presidente Márcia  
8 Juliana Cardoso. Estiveram presentes os conselheiros: Ana Paula Vioto Ferraz, Andressa  
9 Botene Frigato, Ane Caroline Nabas, Fábio do Amaral Sanches, Francisca Maria Barbosa,  
10 Lucia C. De Oliveira Santini, Mara Luciete Z. da Silva, Maria Cristina Cogo, Maria do  
11 Carmo Santos, Marina Montebello F. Monteiro, Renata de O. Righeto Vitti, Robson da Silva,  
12 Rosalina M.Oliveira Castanheira, Rosimeire Ap. B. Jorge, Selma C. Urizzi, Tatiane Ap. N.  
13 Gasparotti. Justificaram ausência: Adriana T. Franco, Deise G. M. Esteves e Kátia Maria  
14 Paschoalini. Como convidados: Dinalberto de Oliveira, representando a Semdes, Aracy  
15 Lovadini e Laura M. Pires de Queiroz, representando o Conselho Municipal da Mulher.  
16 Como ouvintes: Taís L. Mariano – Cantinho da Vovó Sônia, Marisa Cury e Liliane S. F. Sousa  
17 – CIEE e Andréa Fernanda Almeida – LBV. A presidente fez a abertura, agradecendo o  
18 empenho das Comissões de Políticas Públicas e Legislação nas reuniões realizadas no período  
19 da manhã, na sequência solicitou a apresentação dos convidados e dos conselheiros presentes,  
20 seguindo para as seguintes pautas: 1- Apresentação do Conselho Municipal da Mulher sobre  
21 as demandas do município: a presidente Laura apresentou como a principal demanda do  
22 CMM para a gestão 2017-2019 a criação da Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência.  
23 Informou que o Conselho Coordenador das Entidades Civas já havia apresentado o projeto  
24 para a Prefeitura Municipal na gestão do ex-prefeito Gabriel Ferrato, não sendo acolhido. Ao  
25 conversar com o atual prefeito, a presidente do CMM foi informada que a Secretária de  
26 Desenvolvimento Social entende que o município não deva assumir sozinho esta demanda,  
27 apesar de a Casa Abrigo compor a rede de atendimento prevista na Lei Maria da Penha. Na  
28 atual gestão foi apresentado uma emenda de proposta para o PPA pela Vereadora Nanci a qual  
29 não foi aprovada. O CMM recentemente realizou visitas a rede de atendimento às mulheres  
30 vítimas de violência em Piracicaba e em outros municípios com o objetivo de conhecer e  
31 identificar a demanda dos seguintes serviços: Abrigo Santa Bárbara D'Oeste (relatório  
32 detalhado da visita anexo); Delegacia de Defesa da Mulher; Centro de Referência de

1

2

3

33 Atendimento à Mulher – CRAM e Defensoria Pública. Laura questionou se Piracicaba, assim  
34 como Santa Bárbara D’ Oeste, também recebe recurso do Fundo Estadual de Assistência  
35 Social – FEAS específico para Casa Abrigo. Lúcia respondeu que não recebe e que este  
36 questionamento poderá ser encaminhado à Diretoria Regional de Desenvolvimento Social -  
37 DRADS. Ao visitar a Delegacia da Mulher, recebeu alguns dados sobre a violência (Lei  
38 Maria da Penha). Ao ser questionada sobre a apresentação destes dados informou que os  
39 mesmos precisam ser melhor interpretados para sua divulgação. Segundo Laura, a delegada  
40 apresentou como a primeira necessidade da DDM a criação da Casa Abrigo informando que  
41 algumas mulheres em caso de urgência, tem sido encaminhadas ao Albergue. Rosimeire  
42 informa que essa demanda não é identificada nos relatórios do Albergue apresentados à  
43 SEMDES. Em visita ao CRAM solicitou informações sobre as demandas para acolhimento  
44 em abrigo e foi orientada a solicitar maiores informações à SEMDES. A conselheira Cristina,  
45 assistente social do CRAM fez uma breve apresentação sobre o trabalho realizado no local,  
46 informando que o trabalho é realizado para o fortalecimento da mulher com vistas a  
47 superação da situação de violência recorrendo quando necessário ao recursos da rede e da  
48 própria família para que o acolhimento seja a última opção. Informou ainda, que o CRAM  
49 identificou neste ano, um caso que necessitou do acolhimento emergencial e foi encaminhado  
50 para um abrigo de outro município. Sobre a demanda do CRAM, Mara informou que ao  
51 realizar uma pesquisa de Conclusão de Curso identificou que na DDM são atendidas cerca de  
52 trezentas mulheres em situação de violência ao mês e que destas, 70% retornam para o  
53 agressor. Foi apresentado ainda como um dos dificultadores no fluxo de atendimento a  
54 desistência da mulher no decorrer dos encaminhamentos, uma vez que não é realizada a busca  
55 ativa para esses casos. Lúcia informou que a partir da experiência do atendimento nos  
56 CREAS e a iniciativa de implantação do CRAM, o município está olhando para essa  
57 demanda, mas preocupa-se para que não fique somente para a Assistência Social uma vez que  
58 a segurança das mulheres precisa ser garantida, além da revitimização das mulheres, ao  
59 deixarem sua casa para outro local, perdendo o vínculo com a comunidade e a rede de  
60 serviços, inclusive de educação dos filhos. A outra preocupação é que a implantação do  
61 serviço, poderá criar outras demandas que não a de mulheres vítimas de violência. Laura  
62 concluiu informando que o CMM atua com duas comissões temáticas, uma para alteração d  
63 regimento interno e outra para o desenvolvimento do Plano de Trabalho e que a questão do  
64 abrigo já vem sendo discutidas pelos movimentos sociais e nas Conferências. A presidente

65 sugeriu que a Comissão de Políticas Públicas e da Conferência do CMAS também façam uma  
66 análise sobre a demanda da mulher nas deliberações das Conferências Municipais de  
67 Assistência Social, outra sugestão é que seja criadas uma comissão intersetorial com a  
68 participação de outros conselhos, inclusive de Segurança Pública bem como de usuários para  
69 debater esta questão. Na sequência Dinalberto representante da SEMDES apresentou o  
70 Prestação de Contas do DEMONSTRATIVO dos SERVIÇOS e PROGRAMAS DO  
71 GOVERNO FEDERAL do exercício de 2016, detalhando todos os recursos recebidos seus  
72 rendimentos, os repasses para as Organizações prestadoras dos serviços, assim como o saldo  
73 para reprogramação, conforme segue: o detalhamento das informações segue anexo. Após  
74 apresentação o Demonstrativo foi aprovado por unanimidade, sendo que o CMAS tem até o  
75 dia 02 de novembro para emitir parecer no sistema eletrônico no Ministério de  
76 Desenvolvimento Social -MDS/ SUASWeb. Mayara informou sobre a reunião realizada com  
77 os delegados que participaram da Conferência Estadual de Assistência para devolutiva do  
78 evento, sendo apontado: uma organização antidemocrática, dificultando o debate sobre as  
79 propostas, desrespeito ao horário previsto, falha no equipamento de votação, impedindo a  
80 transparência. A Delegada Telma irá representar o município como representantes dos  
81 Trabalhadores na Conferência Nacional, propondo que os delegados e conselheiros ampliem  
82 o conhecimento sobre as peças orçamentárias, relacionando-as com as deliberações e serviços  
83 ofertados. A devolutiva das deliberações estaduais será apresentada após divulgação pelo  
84 CONSEAS, em momento oportuno. Não havendo mais nada a tratar o presidente encerrou a  
85 reunião e eu, Rosimeire Aparecida Bueno Jorge, lavrei a presente ata, que segue assinada por  
86 mim e pelo presidente. Piracicaba, dezoito de outubro de dois mil e dezessete (2017).

87

Jacqueline Barros de Campos  
Conselheira

Fábio do Amaral Sanches  
Presidente

88